

Portal comunitário uma Ferramenta para a Integração da Metodologia do Cadastro Técnico Multifinalitário. Estudo de Caso Comunidade Vila das Torres / Curitiba PR

Elisamara Ribas Godoy ¹
Prof. Dr. José Fernando Arns ²

¹ SMOP/PMC – Dep. de Obras e Projetos
82840-020 Curitiba – Paraná
elisamara@smop.curitiba.pr.gov.br

² PUCPR/PPGTU – Dep. de Pós Graduação em Gestão Urbana
80215-901 Curitiba – Paraná
fernando.arns@pucpr.br

Resumo: A metodologia do Cadastro Técnico Multifinalitário facilitou a construção do portal comunitário na comunidade Vila das Torres. Os dados e informações do CTM com os mapas temáticos ajudam na organização e realização de ações no espaço social e territorial da comunidade. A gestão participativa do espaço aproximou atores de entidades públicas, privadas e principalmente da comunidade local. A inclusão social e digital de novos atores mirins e adultos em suas escolas e associações resgata um sentido inovador, até então esquecido, pelo cidadão local.

Palavras Chaves: cadastro técnico multifinalitário, portal comunitário, gestão participativa, mapas temáticos, inclusão social e digital.

Abstract: The methodology of Cadastro Multifinalitário Technician facilitated to the construction of the communitarian vestibule in the community Vila of the Torres. The data and information of the CTM with the thematic maps help in the organization and accomplishment of action in the social and territorial space of the community. The participativa management of the space approached actors of public, private entities mainly and of the local community. The social and digital inclusion of new actors mirins and adults in its schools and associations rescues an innovative direction, until then forgotten, for the local citizen.

Keywords: multi-purpose cadastre, communitarian vestibule, participativa management, thematic maps, social and digital inclusion.

1. Introdução

O Cadastro Técnico Multifinalitário é uma ferramenta catalisadora das informações, pode integrar as diversas informações sociais, econômicas e ambientais e contribuir para o planejamento urbano e regional. Tem o propósito de ser uma ferramenta facilitadora e importante na construção dos processos. Esta metodologia pode a partir do cadastro quantitativo e qualitativo, identificar, caracterizar os diversos grupos de ação e a construção da rede de atores locais. A participação da comunidade neste processo é de fundamental importância, pois os atores envolvidos, contribuem ao suporte e ao levantamento dos dados para o Cadastro, além de dar embasamento na construção dos projetos de desenvolvimento local e nos processos decisórios.

A região estudada Vila das Torres, proposta para esta pesquisa, está localizada no município de Curitiba-Pr, fica a 2 Km do Centro e está entre os bairros Prado Velho e Jardim Botânico, teve sua formação na década de 70, com a ocupação lenta e gradual. Em 1987 foi inserida no Programa de Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas, recebendo recursos para a aquisição da área, implantação de rede de esgoto e execução de pontes. Sua área possui 14km² e é cortada pelo rio Belém, um dos principais rios da cidade e de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Belém (fonte: COHAB – CT). Conta hoje, com uma população de 7.405 habitantes, com uma renda média mensal de R\$ 130,00, conforme fonte Unidade de Saúde Capanema (responsável pelo atendimento das famílias moradoras da Vila Torres, regional Matriz – 2004).

A comunidade Vila das Torres conta com o projeto de um Portal Comunitário onde as informações, necessidades, ações e interesses da comunidade estão constantemente sendo apresentados neste veículo. O portal pode ser acessado pelo endereço <http://www.portalviladastorres.com.br>, que apresenta também os dados sociais, econômicos e ambientais da região. Com o propósito de potencializar as informações já existentes este artigo tem como objetivo estudar a metodologia de Cadastro Técnico Multifinalitário para contribuir na otimização do portal, subsidiando na construção de mapas temáticos necessários ao desenvolvimento local.

2. Justificativa

A dificuldade do planejamento urbano está em quantificar e qualificar as informações e dados. As instituições públicas hoje enfrentam problemas na aquisição dos dados pelo fato de muitas vezes não poderem atuar em uma determinada região. A imposição política pode gerar conflitos internos entre moradores não contribuindo para o bom andamento de projetos e ações. Outra situação conflitante que se observa entre os moradores é o pensamento enraizado de que o poder público pensa muito, promete de mais e age pouco. É uma visão paternalista e assistencialista advinda de décadas.

O planejamento do município de Curitiba é realizado pela divisão de bairros, bacias, setor censitário ou regionais, de acordo com o dado que se quer pesquisar, IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba 2006). Fazendo com que o estudo dos dados, como por exemplo, o da comunidade Vila das Torres não seja eficiente. Pois, a sua delimitação e abrangência consiste em estar fracionada entre os bairros do Prado Velho e Jardim Botânico, conforme a figura 1 a seguir, e ainda, corta um dos principais rios da cidade o Rio Belém, pertencente à Bacia do Rio Belém.

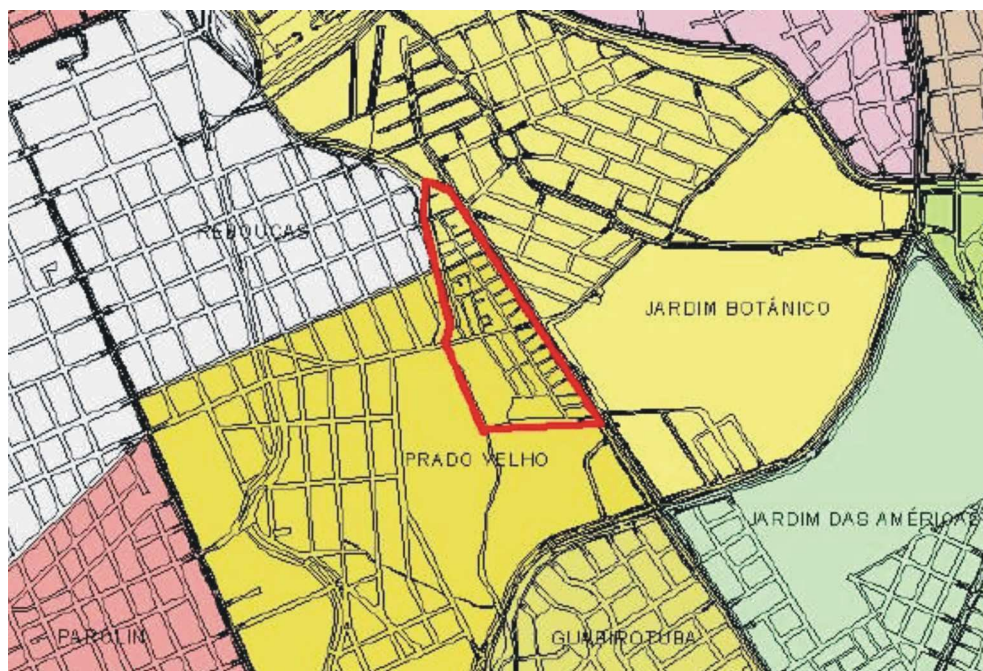


Figura 1: Mapa de Localização da comunidade Vila das Torres
Fonte: Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP/PMC 2005

Existe uma Unidade de Saúde na região a Unidade de Saúde Capanema que trabalha com as informações locais, por meio do levantamento das informações que são realizadas pelos agentes comunitários. Cada agente é responsável por um determinado setor. Também estes setores não são as mesmas áreas que o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC trabalha. Uma das informações que se aproxima da delimitação dos setores trabalhados pela Unidade de Saúde Capanema são os setores do IBGE.

Portanto, cada órgão da prefeitura ou secretaria trabalha o dado de uma forma, por exemplo, a Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP, estuda, planeja e executa suas obras por meio de bacias, regionais ou bairros, de acordo com o que precisa ser executado.

Estas questões levam a um ponto importante, que se é trabalhar um território em conjunto entre a comunidade, as Instituições Públicas e até mesmo em alguns casos com as Instituições Privadas. Em primeiro momento do projeto de que está sendo desenvolvido, os moradores do local precisam ser os mais interessados e envolvidos no processo. Outro aspecto importante, consiste em unificar as informações intersetoriais para facilitar e possibilitar o planejamento urbano.

3. Características Sociais e Econômicas da Região

Na Vila o sustento básico local provém, em sua maioria, do trabalho de carrinheiros (denominação pela qual são conhecidos os catadores de lixo reciclável em Curitiba). De acordo com a Associação das Irmãs Franciscanas Bernardinas ou Capela Nossa Senhora Aparecida, entidade a qual trabalha há 24 anos na Vila das Torres, em 2001 foi estimado 1.267 carrinheiros enquanto que a capital paranaense neste ano contava com 2.769 carrinheiros. Existe na região um grande número de menores e crianças abandonadas nas ruas, sem os pais para orienta-los, ocasionando um alto índice de evasão escolar. De acordo com a Unidade de Saúde Capanema, 2004, o analfabetismo na região chega a 22,21%.

A comunidade conta com espaços sociais de apoio como uma capela, onde funciona o Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida. É uma área de encontro da comunidade administrada pelas irmãs da Congregação Franciscanas Bernardinas desde 1981. O centro possui uma biblioteca e disponibiliza cursos de marcenaria, informática, oficinas de corte, costura e pintura, orientações religiosas e de pastorais, como a da Saúde e dos Idosos, e atividades de lazer. Além disso, no local são realizadas campanhas de roupas usadas e de venda do que é produzido nos cursos mencionados. Para complementação escolar das crianças da comunidade, existe um esforço escolar que atende 50 crianças do Jardim II e 50 alunos de 1ª a 3ª série do ensino fundamental. As crianças recebem alimentação oriunda de campanhas e auxílios como os da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS). No total, são atendidos 20 adolescentes, de 14 a 18 anos, e 120 crianças de 7 a 13 anos, que, em sua maioria são filhos de carrinheiros e vivem em depósitos de lixo existentes na comunidade.

Na Vila das Torres existem cerca de 40 entidades que desenvolvem no mínimo três projetos comunitários, alguns descontínuos funcionando conforme Arns (2003) como: “ilhas de projetos, não são integrados e não interagem com a subjetividade, identidade e história da comunidade”. Isso acarreta desconfiança por parte da comunidade, que se sente desrespeitada por não poder participar das propostas. Os projetos em desenvolvimento precisam estar claros e transparentes à população e, se possível, sendo interdisciplinar e interinstitucionais. Os diferentes atores participantes nos projetos proporcionam sustentação e a continuidade das ações. A interdisciplinariedade auxilia nas diversas atuações do conhecimento e as instituições públicas e privadas contribuem com informações e subsídios financeiros.

Na região existem duas escolas estaduais a Escola Estadual Manoel Ribas na qual todas as crianças e adolescentes que frequentam esta instituição são moradores da Vila, sendo 820 alunos matriculados no ensino fundamental de 1ª à 8ª série. Mesmo não fazendo parte da comunidade, na abrangência de seu território, o Colégio Estadual Hildebrando de Araújo possui 1.200 crianças matriculadas, destas 38,08% são da Vila das Torres e estão matriculadas nos ensinos fundamental e médio, respectivamente 309 e 148 alunos. Esta escola já desenvolveu com os jovens da comunidade um jornal intitulado Gazeta Estudantil. Ele surgiu, em agosto de 2002, como veículo de divulgação da comunidade após a utilização de projetos voltados à informática. Hoje, este grupo não existe mais, provando a centralização e a descontinuidade dos projetos.

Dados levantados pela Unidade de Saúde Capanema (2004) mostram que na região estão matriculados 59,72% da população, sendo 489 estudantes de 7 a 14 anos e 4.621 alunos de 15 anos ou mais. Para tentar elevar o tempo de permanência na escola e a preparação adequada para o mercado de trabalho,

alguns professores da rede particular de ensino se uniram a membros da comunidade para ministrar cursos pré-vestibulares a pessoas da região. Os cursos ocorrem em um local onde já funcionou um ponto de droga, hoje recuperado e reestruturado para as aulas, denominado Centro de Formação Santos Dias (Cursão da Vila), fundado em 2002.

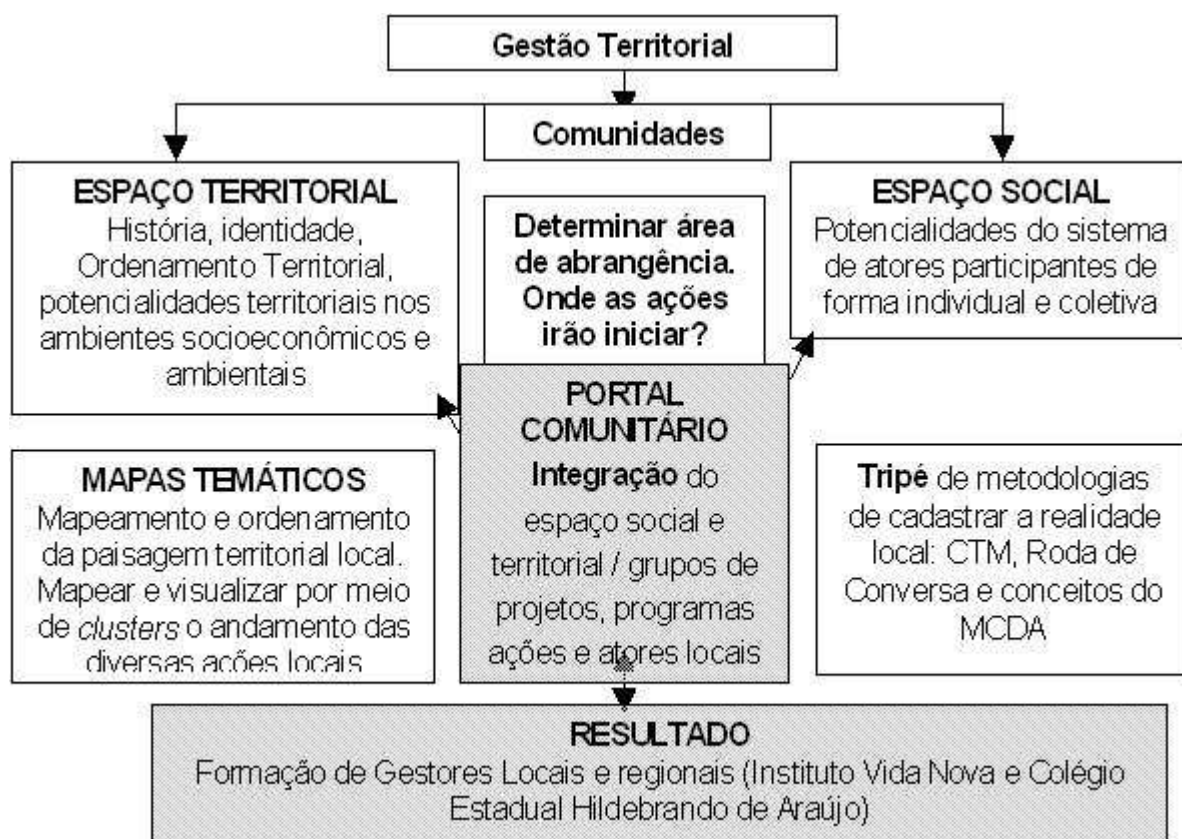
A partir desta realidade pode-se constatar que a região é bastante carente, mas mesmo assim apresenta um grande potencial, como ilustrado pelas atividades do Centro Comunitário. Mas verifica-se que são necessários acompanhamentos mais específicos e uma maior valorização da produção e das pessoas.

4. Referencial Teórico

4.1 Portais de Informação

Segundo Murray (1999, apud, FREITAS; QUINTANILLA; NOGUEIRA, 2004), divide os portais em: portais de informações, cooperativos, especialistas e do conhecimento.

Os portais de informações [...] são baseados no modelo dos Portais de busca e Portais Públicos como o Yahoo!, por exemplo [...] Os Portais Cooperativos [...] as informações resultantes deste tipo de Portal são disponibilizadas em textos, memorandos, gráficos, e-mails, boletins, páginas Web e, em alguns casos, arquivos multimídia [...] Os Portais Especialistas cumprem as funções de um Portal Cooperativo e conseguem ainda conectar pessoas [...] Ferramentas utilizadas para atingir este objetivo podem ser: chats, e-mail, e-learning e bases de dados de especialistas [...] Os Portais do Conhecimento [...] Portais com esse enfoque preocupam-se em atender às necessidades das organizações: auxiliar a tomada de decisão, disponibilizando informações em um único ambiente, suportar ferramentas de colaboração, além de auxiliar a gestão do ativo mais importante da organização: o conhecimento.



Esquema 1 : Construção dos Processos para a Gestão Territorial Participativa

Fonte: Adaptado para estudo desta pesquisa. Tese de doutorado de Arns, 2003. Gestão Territorial Participativa: Um Modelo de Gestão Territorial Integrando Decisores e Facilitadores em processos de desenvolvimento Local.

No ambiente do portal comunitário do qual faz parte esta pesquisa o modelo que mais se enquadra às práticas e funções executadas dentro da web é o portal do conhecimento, que engloba os portais de informações, cooperativos e os especialistas e coloca seu foco principal e essencial em atender as expectativas das comunidades.

Pode-se dizer que o portal não está relacionado somente ao acesso, segundo Murray (1999, apud, Freitas; Quintanilla; Nogueira, 2004) “[...] defende que portais exclusivamente formatados para acesso a conteúdo, [...] são inadequados [...], e que o Portal ideal é aquele que interliga tudo a todos [...]”. Para tanto a estrutura web construída foi embasada nos processos para a gestão territorial participativa, conforme o esquema a seguir.

Para a estruturação do ambiente web, houve o embasamento segundo os processos do modelo de Gestão Territorial Participativa. Isto deu suporte a construção de um protótipo de portal comunitário, onde a comunidade foi sempre questionada a sua aplicação e entendimento. Os processos aplicados são representados conforme o esquema 1 a seguir.

Conceitos: CTM – Cadastro Técnico Multifinalitário “; MCDA – Multicritério de Apoio a Decisão

4.1.1 Participação Social

Na integração do espaço social e territorial surgem as redes de atores participativos nos processos da comunidade. As redes na gestão territorial participativa auxiliam no conhecimento dos grupos de atuação, no envolvimento das pessoas e na busca de uma mobilização social, para enfrentar os problemas sociais e econômicos. Para Vilassante (2002) “Por trás de cada mobilização concreta ou de cada rede de associações, há algo mais que o manifesto; não é só a atividade ou a reivindicação expressada, há estilos e culturas sociopolíticas em jogo.” Pode-se afirmar que uma rede de relacionamentos envolve interesses como também conflitos, isso porque ao se tratar de intercâmbios sociais, políticos e outras vezes culturais há a diversidade de opiniões entre as pessoas e instituições. Mas pode-se constatar o aprimoramento delas, por mais que existam mudanças diversas.

A rede associada à gestão participativa “[...] forma gestores locais e regionais, multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos promovendo o desenvolvimento local” (ARNS, 2003). O desenvolvimento da região com o auxílio da Gestão Participativa pode ampliar a rede local e auxiliar como um mecanismo de abertura para novos horizontes e oportunidades à comunidade. Conseqüentemente, como diz Dowbor (2004) as redes podem funcionar como multiplicadores

As iniciativas locais se caracterizam pelo fato de constituírem processos de pequena escala mas que podem se multiplicar [...] A Pastoral da Criança, para dar um exemplo, é uma ONG constituída por apenas 62 profissionais, mas que organizou 155 mil voluntárias em 3.150 municípios, e é responsável por evitar 80% de hospitalizações infantis através de ações preventivas, além de gerar uma queda radical da mortalidade infantil nos municípios aonde trabalha.

A comunidade deve ser multiplicadora e motivada por meio da sua participação, da inclusão das suas idéias, das experiências, da história, do ordenamento territorial para adquirir o desenvolvimento local. As entidades na Comunidade Vila das Torres formam uma espécie de teia de relacionamentos que se subdividem em projetos. Por mais dispersos que hoje eles se encontrem, funcionam com suas características e formam uma rede de atividades. Marteleto (2001) complementa que as redes não se diferem pelas suas características individuais, mas pelo nível de relacionamento.

Para Frey (2003) “A marca central da rede é a cooperação, baseada em confiança entre atores autônomos e interdependentes [...] as redes tem um grande potencial para instigar processos de aprendizagem e são defendidas para a implementação de projetos de inovação [...]” Em uma rede é necessária a confiança mútua, a motivação e o comprometimento. É um processo da construção da cidadania, onde cada indivíduo se integra na melhoria desta rede. A construção da cidadania para Jacobi (2000) é “o reconhecimento e a construção das identidades dos diferentes sujeitos sociais; e a definição de novas agendas de gestão, visando a estender os bens a amplos setores da população.”

A rede comunitária será efetiva quando ocorrer o envolvimento do maior número de atores públicos, privados e locais no desenvolvimento de processos. Nos projetos executados há pessoas envolvidas como também entidades públicas e privadas. As redes geram conhecimento associado à informação por meio de um sistema que proporciona confiança e cria oportunidades. “[...] redes constituem a nova morfologia

social das nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999).

Outra questão em uma rede é a valorização do sujeito que está além da tecnologia, pois é através dele que se aprimora e proporciona a evolução da informação. O lado humano deve ser colocado em prática, como a democracia, a cidadania e os direitos do cidadão. “[...] as democracias precisam de outros caminhos mais bem pautados nos direitos humanos e na cidadania” (DEMO, 1998).

4.1.2 Construção do Espaço Social e Territorial para a Qualidade de Vida no Ambiente

O ambiente social que envolve a comunidade trabalhando e se relacionando por meio do modelo de gestão territorial participativa, mostra que é possível a valorização do sujeito, em seu espaço territorial com suas potencialidades humanas, com seus conceitos e valores individuais.

[...] o espaço, é o resultado de uma história que deve se conceber como a obra de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por impulsos sucessivos. De suas interações, de suas estratégias, sucessos e derrotas, resultam as qualidades e ‘propriedades’ do espaço urbano (CASTELLS, 2000)

O espaço territorial é a estrutura física e potencial que é ocupada pela comunidade na sua área de abrangência e também um lugar onde o indivíduo precisa ser considerado como um cidadão. Segundo Santos (1998)

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário [...] O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam.

Quando a cidadania é adquirida os direitos do indivíduo são respeitados e também são melhoradas as condições de vida do espaço social e do território do cidadão, proporcionando um bem estar natural. Conforme citado por Santos (1998) “cidadão é o indivíduo num lugar [...]”. O que levanta a seguinte questão

O que é ser cidadão? Ser cidadão é:

- ter e exercer a cidadania;
- gozar dos direitos civis e políticos;
- cumprir os deveres que temos para como Estado e a comunidade. (HERKENHOFF, 2001).

Mas para que o indivíduo seja um cidadão há necessidade deste ter seus direitos garantidos conforme a Constituição e o Estatuto da Cidade.

O planejamento de Curitiba prioriza a população de baixa renda, direcionando os equipamentos sociais nas áreas de maior adensamento populacional. Segundo Minayo (1994, apud, IPPUC; PMC, 2001) “a qualidade de vida deve ser entendida como “conjunto dos elementos sociais, econômicos, físicos, políticos e culturais, com validade universal, que contribuem para o bem estar da população [...]”.

4.1.3 Cadastro Técnico Multifinalitário

O portal nesta pesquisa tem o enfoque de melhoria das questões sociais que poderá ser um grande aliado para a construção do cadastro quantitativo e qualitativo das informações. O cadastro está presente no processo do planejamento das ações, no conhecimento da situação real e no desenvolvimento de políticas públicas e projetos.

O portal pode ser um grande instrumento catalisador de informações e de uma rede social solidária e compromissada, com o propósito de promover o cidadão e facilitar a construção de processos no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. Processos que já são vistos nas organizações, “os portais estão mudando fundamentalmente a forma como a informação e as responsabilidades de colaboração são compartilhadas em uma organização: de um foco estreito, funcional e não coordenado, para uma abordagem ampla e de colaboração” (BETINI; REZENDE; FREY, 2003).

A internet está direcionada ao portal que proporciona serviços que podem ajudar na interdependência e agilidade dos processos, elimina barreiras de tempo e do espaço, proporciona conveniência e conforto ao cidadão (FILHO, 2004).

O Cadastro Técnico Multifinalitário, segundo Loch (1990, apud, Oliveira; Loch,1996), “é a base para qualquer tipo de planejamento municipal ou regional, uma vez que fornece ao planejador todos os elementos que caracterizam a área de interesse para qualquer tipo de estudo sendo ele ambiental ou não.”

Neste estudo o Cadastro Técnico Multifinalitário estará presente no portal no item que relaciona as Características da Vila, onde consta os dados de Infra-estrutura Urbana da Vila, os dados Sociais Econômicos e os Mapas Temáticos, bem como a sua Constituição Física e o Histórico da Vila.

Com a melhor organização das informações, conseqüentemente maior será a eficácia do planejamento urbano da região. Com o dado e o diagnóstico da situação corretamente analisada, maiores serão os impactos para o bom andamento dos projetos a serem executados. Por meio do CTM foi possível a construção de dados socioeconômicos, culturais e ambientais conforme figuras 2 e 3 a seguir.



Figura 2 : Portal Comunitário



Figura 3 : Características da Vila

4.1.4 Mapas Temáticos

Esta ferramenta na análise do espaço social e territorial, como também no planejamento de atividades e na utilização do cadastro de informações e dados socioeconômicos, culturais e ambientais.

Segundo Arns, citando Loch (2003)

Os mapas são instrumentos visuais concretos que têm o poder de sintetizar a percepção espacial que o ser humano tem do ambiente, ou seja, um mapa representa graficamente as imagens mentais de um determinado espaço. Para as pessoas da comunidade é uma ferramenta que facilita, integra diferentes ações e atores.

Complementa Sluter (2001) que

Com os mapas interativos os usuários são participantes ativos no processo de comunicação cartográfica [...] O mapa interativo é uma extensão da habilidade humana de visualizar lugares e distribuições. [...] O mapa interativo é uma interface entre o usuário e a realidade, e esta interface é digital. As ferramentas computacionais permitem que o usuário deixe de ser um elemento passivo

no processo de comunicação cartográfica, e passe a interagir ativamente no processo de aquisição de conhecimento com o uso de mapas.

Neste estudo os mapas temáticos deram suporte a ações do posto de saúde da comunidade e a inclusão social de alunos das escolas da comunidade.

5. Considerações Finais

Para proporcionar o espaço saudável e sustentado levantou-se junto à comunidade as entidades e projetos relacionados às ações desenvolvidas para este público. Houve a preocupação de relacionar esses indivíduos com alguma atividade no portal que criasse oportunidades e desenvolvimento pessoal. A caracterização do espaço físico, social e comunitário é importante não somente para a execução de projetos e ao planejamento urbano da região. Mas, também fundamental para o reconhecimento e vivência do espaço como a construção de equipamentos urbanos para melhoria da qualidade de vida, a construção da cidadania e a verificação dos direitos e deveres do cidadão. A informação e o dado não somente pode identificar aspectos importantes de um local, como também forma um ambiente com sua história e identidade.

A Gestão Territorial Participativa pode-se diagnosticar que a inclusão social é possível e que os primeiros passos estão sendo tomados pela comunidade, com o envolvimento do portal. A união e a participação dos moradores nos processos por meio do desenvolvimento sustentável são demonstradas na construção do portal, que já está sendo utilizado como uma ferramenta catalisadora de eventos, cursos, informações e empregos para a região. Ele representa a Vila e como constata a moradora Valéria Leôncio de Oliveira (2005) “por ele a comunidade poderia ser vista lá fora” ou como comenta a também moradora Ana Carolina S. Souza (2005) “é uma oportunidade do morador conhecer um pouco mais sobre onde mora”.

A inclusão social por meio do portal comunitário abre caminhos a efetiva participação e compreensão do cidadão em ações vitalmente mais significativas para a sua comunidade. Possibilita que atores externos facilitem, auxiliem na construção dos processos sustentáveis.

O Cadastro Técnico Multifinalitário aprimora e contribui continuamente na melhoria de dados e informações da comunidade armazenadas no portal, caracterizando melhor a região e mostrando de que formas alternativas soluções são conjuntamente com a comunidade conquistadas e construídas.

6. Referencial

ARNS, José Fernando (2003). *Gestão Territorial Participativa*. Tese defendida no Programa de pós-graduação em Engenharia da Produção, UFSC, 195p.

CABRAL, Arnaldo Souza; YONEYAMA, Takashi (2001). *Economia digital: uma perspectiva estratégica para negócios*. São Paulo: Atlas, 244p.

CASTELLS, Manuel (2000). *A questão urbana*. Tradução Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 590p.

CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. a era da informação: economia, sociedade e cultura (vol.1), São Paulo: Paz e Terra, 698p.

CONSTITUIÇÃO (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 72p.

DAVENPORT, Thomas H.; MARCHAND, Donald A.; DICKSON, Tim (2004). *Dominando a gestão da informação*. Trad. Carlo Gabriel Porto Bellini e Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Bookman, 407p.

DEMO, Pedro (1998). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo. Editora Cortez: Editores Associados, 176p.

DOWBOR, Ladislau (2004). *Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais*. 20p. Site de consulta: <http://.ppbr.com/id/artigos.asp>. Em 01/2005.

ESTATUTO DA CIDADE (2001). *Guia para implantação pelos municípios e cidadãos*: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed., Brasília: Câmara dos Deputados, p. 273.

FILHO, Armando Rech (2004). *Serviços públicos na internet: no interesse maior do estado ou do cidadão? Estudo de caso dos serviços ao cidadão de Curitiba*. Florianópolis, UFSC 187p. Acessado em Junho de 2005. Endereço: <http://WWW.CELEPAR.GOV.BR>

FREITAS, Rogério Afonso de; QUINTANILLA, Leslie Wittig; NOGUEIRA, Ari dos Santos (2004). *Portais corporativos: uma ferramenta estratégica para a gestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: Brasport, 104p.

FREY, Klaus; REZENDE, Denis Alcides; BETINI, Roberto César (2003). Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. Position Paper. Seminário Internacional em Gestão Urbana. PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. PUC-PR, p. 20p.

HERKENHOFF, João Batista (2001). *Como funciona a cidadania*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 317p.

IBGE (2002) – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Consultado por meio das informações do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba). Formato disponível em CD

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2004). *Cadastro de Informações Georeferenciadas*. Setor de Geoprocessamento.

IPPUC/PMC – *Indicadores de qualidade de vida* (Resumo Gerencial – 2001). Acessado através de CD.

JACOBI, Pedro Roberto (2000). *Políticas sociais: e a ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 156p.

JUNQUEIRA, Luciano (1998). *Descentralización, intersectorialidad y red em la gestión ciudad. Reforma y Democracia*: Revista del CLAD, Venezuela, n.12, oct. p. 89-108.

MARTELETO, Regina Maria (2001). *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação*. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81.

O'BRIEN, James A. (2004). *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, p. 436

REZENDE, Denis Alcides. A. (2003). *Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações*. São Paulo: Atlas, p. 185.

SANTOS, Milton (1998). *O Espaço do Cidadão*. 4.ed., São Paulo: Nobel, 142p.

SLUTER, Claudia Robbi (2001). Sistema especialista para geração de mapas temáticos. *Revista Brasileira de Cartografia*, Nº 53, p. 54-64, dezembro.

SMOP (2005). *Secretaria Municipal de Obras Públicas* – Setor de Projetos.

VILLASANTE, Don; LOWY, Alex; TICOLL, David (2000). *Plano de ação para uma economia digital*. São Paulo: Makron Books, p. 368.

LOCH, Carlos; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. *Transporte de coordenadas a partir do marco do IBGE para estruturação de um Cadastro no Município de Cocal do Sul – SC*. VII CONEA, Salvador, Anais, (1996) p.173-180.

Acessado em <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/Conea7/537.PDF>, maio/2006